

A ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (CAIC) NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Giani Vendramel de Oliveira *

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fazer uma breve análise da atuação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) no Estado de São Paulo. Fundada em julho de 1928, a Companhia tinha como principais interesses à compra de terras, seu retalhamento e a venda dos lotes, bem como a introdução de trabalhadores agrícolas, nacionais e estrangeiros, no Estado de São Paulo. Em outubro de 1934 a empresa foi reorganizada passando a ter como principal acionista e “controladora” a Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Após trinta e três anos de atuação a CAIC deixa de existir como uma empresa privada quando em 1961, juntamente com a Companhia Paulista, foi encampada pelo Governo.

Palavras-chave: (1) CAIC (2) Colonização (3) Imigração

ABSTRACT: This article aims to make a brief analysis of the performance of the Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) in the State of São Paulo. Founded in July 1928, the Company had a major interest for the purchase of land, its shredding and sale of lots, as well as the introduction of agricultural workers, domestic and foreign, in the State of São Paulo. In October 1934 the company was reorganized to read as principal shareholder and "controlling" the Companhia Paulista de Estrada de Ferro. After thirty-three years of work to CAIC leave to exist as a private company in 1961 when, together with the Company Paulista was encamp by the Government.

Keywords: (1) CAIC (2) Colonization (3) Immigration

INTRODUÇÃO

Fundada em julho de 1928, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil tinha como principais objetivos à compra de terras, seu retalhamento e a venda dos lotes, bem como a introdução de trabalhadores agrícolas, nacionais e estrangeiros, no Estado de São Paulo. Devido ao seu fraco desempenho, em outubro de 1934 a empresa foi reorganizada passando a se chamar Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, tendo como principal acionista e “controladora” a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF).

Nesta nova fase seu trabalho de colonização se focou inicialmente nas chamadas “zonas velhas”, dentro da área de atuação da Companhia Paulista, mas logo seus empreendimentos se estenderam as demais regiões do Estado. Já o setor de imigração foi desenvolvido em parceria com o Governo de São Paulo que subsidiava as passagens dos trabalhadores destinados às lavouras. Em 1961 a CAIC deixa de existir como uma empresa privada quando, juntamente com a Companhia Paulista, foi encampada pelo Governo.

* Mestranda em História na linha de Política e Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá-UEM.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve análise da atuação da Companhia no Estado de São Paulo. Para tanto, serão utilizadas fontes que se encontram no Centro de Memória da Unicamp, entre elas atas de reuniões, listas de compra e venda de terras, lista de acionistas, mapas de núcleos coloniais, relatórios anuais, entre outros.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA CAIC

Já nas primeiras décadas do século XIX a economia de São Paulo começa a ser traçada com a introdução da cultura cafeeira, primeiramente no Vale do Paraíba. Devido o desgaste do solo, a região vale-paraibana sofreu muito cedo com a queda de sua produtividade, o que fez a lavoura se expandir cada vez mais para o Oeste paulista tomando grandes proporções.

Segundo Milliet (1982), o avanço do café para o Oeste se desenvolve em constante crescimento, cada vez englobado mais áreas, o autor ressalta que:

Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do 'ouro verde', dele tudo emana e a ele tudo se destina: homens, animais, máquinas.(MILLIET, 1982:11)

Sem dúvida a passagem do café pelo Estado de São Paulo possui grande importância pois abrange um período de amplas transformações econômicas, políticas e sociais. Entretanto, após pouco mais de um século de ascensão as lavouras cafeeiras começam a entrar em declínio, isto por volta da segunda década do século XX. Os indícios da crise do café começaram em 1920 com uma superprodução do produto e se agravou com o advento da crise de 1929, com isto os cafeicultores paulistas sofreram um grande abalo comprometendo seu capital, nesta ocasião, Conforme Monbeig (1984), os fazendeiros logo procuraram refazer-se, compensar suas perdas e uma das alternativas encontradas foi a venda de parte de suas terras principalmente em áreas virgens, para isto muitos se agrupavam em sociedades ou recorriam a vendedores profissionais. Como dificilmente encontrariam compradores para grandes extensões de terras optaram por retalhar as propriedades, já que havia muitos compradores interessados em pequenos lotes, dentre eles imigrantes, trabalhadores de plantações arruinadas ou colonos que sofreram menos com a crise do que seus patrões.

Nesta mesma perspectiva Lenharo (1986) aponta que a crise do café golpeava o latifúndio o que desencadeou a divisão de várias propriedades e sua venda para pequenos agricultores, para exemplificar esta prática o autor cita as Companhias japonesas e a CAIC como empresas atuantes neste tipo de negócio.

A primeira versão da CAIC foi fundada em julho de 1928 com o nome de Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB), tendo como um dos principais articuladores o Sr. Atílio Fávero. Consta no livro da fundação da CGICB que o Sr. Fávero havia trabalhado para Companhia Comercial e Marítima entre os anos de 1925 e 1926 sendo o responsável pelo transporte de mais de nove mil imigrantes entre portugueses, espanhóis, italianos e húngaros.

Dentro do contexto do surgimento da CAIC Carneiro (1985) julga relevante destacar alguns fatores que vinham ocorrendo no Estado de São Paulo como a ampliação da pequena propriedade, tendo um aumento no número de imigrantes que se tornavam proprietários através do acúmulo de pecúlios, a diversificação da produção agrícola (policultura) e a instabilidade no mercado de mão-de-obra.

Para elucidar os interesses que motivaram a fundação da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil segue abaixo o fragmento de uma carta enviada pela mesma no dia 18 de agosto de 1928 ao Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo:

Desejamos criar em São Paulo, uma organização que dedique sua atividade principalmente aos assuntos relativos a colonização do nosso solo, e que se especialize na mediação e na compra de terras para a sua revenda e retalho, acompanhando com atenção, desde já, as zonas que nós paulistas, chamamos tão impropriamente de ‘Zonas Velhas’ [...] a companhia terá também como um de seus fins principais a introdução, em nosso país, de imigrantes de raças escolhidas e a sua colocação provisória e definitiva em nossa terra.(CAIC, LIVRO 01:01- 4).

Como pode ser observado, as atividades da Companhia estavam voltadas para as principais necessidades vigentes no período como o retalhamento de terras e a falta de mão-de-obra. Vale destacar que o interesse da CGICB em trazer trabalhadores agrícolas para São Paulo estava diretamente relacionado com sua atividade colonizadora, pois estes agricultores posteriormente poderiam vir a ser novos compradores para os lotes de terras que a empresa negociava.

As primeiras ações tomadas pela CGICB dizem respeito à tentativa de trazer migrantes do nordeste para São Paulo, o que resultou na abertura de uma agência em Fortaleza na tentativa de melhor desempenho do negócio (CAIC, livro 01: 26-27). Aparentemente a Companhia não foi bem sucedida no seu trabalho de angariar migrantes pois além das muitas dificuldades encontradas ela obteve alguns prejuízos, como pode ser observado em uma carta direcionada a diretoria comercial de navegação “Lloyd Brasileiro” responsável pelo transportes desses migrantes.

Na carta datada do dia 11 de maio de 1929, a Companhia chama a atenção para problemas ocorridos no embarque de trabalhadores vindos do Ceará, tais como: o embarque de “pessoal indesejável” como trabalhadores avulsos que não eram agricultores, superlotação e conseqüentemente a má alimentação dos migrantes, alerta também para boatos de uma propaganda “enganosa” que estaria desaconselhando os trabalhadores a virem para São Paulo, fazendo com que alguns cearenses ao pararem no porto do Rio de Janeiro ficassem na cidade e não concluíssem seu destino (CAIC, livro 01: 36-40).

Já sobre os negócios na área de colonização o primeiro registro só aparece em fevereiro de 1930, no qual a Companhia faz menção a uma fazenda que iria intermediar a venda de lotes denominada “Núcleo Colonial da Barrinha” localizada no município de Sertãozinho-SP (CAIC, livro 01: 108).

Para este primeiro empreendimento a empresa investiu em um plano de propaganda para auxiliar na venda das terras do núcleo. Sua meta consistia em fazer a distribuição de impressos em todas as repartições Públicas Federais e do Estado de São Paulo (especialmente nos portos do Rio de Janeiro e de Santos), em todos os “hotéis de trabalhadores” de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, ao corpo consular de São Paulo e agentes consulares do interior do Estado e do Sul de Minas Gerais e a todas as agremiações estrangeiras existentes, também seriam fixados cartazes nas estações de estrada de ferro de São Paulo e Minas. A divulgação não parou por aí, o plano visava também fazer a divulgação através de anúncio em jornais, especialmente os estrangeiros. Não se sabe ao certo se o plano foi posto integralmente em prática, o fato é que gerou resultado, pois as terras do “Núcleo da Barrinha” foram vendidas rapidamente.

Como bonificação, os hoteleiros que angariassem compradores para os lotes receberiam comissões. Aos agentes contratados para fazer a venda dos lotes cabia a comissão de três por cento sobre o valor total das terras vendidas por seu intermédio. Já a comissão da CGICB para o intermédio da venda das terras era de dez por cento, recebendo um acréscimo de cinco por cento quando os compradores fossem de outros estados (CAIC, livro 01: 137-138).

Ao analisar os documentos referentes aos primeiros anos de movimentação da Companhia, pode ser verificado que a CGICB se esforçou na tentativa de tornar a empresa lucrativa, entretanto, um balanço geral dos resultados destes primeiros anos não teve um saldo positivo, ou seja, ela não conseguiu desempenhar suas atividades com êxito. Para Carneiro (1985), umas das principais explicações para o fracasso da CGICB está relacionado com o fato de no ano seguinte a sua fundação ter ocorrido a grande Crise de 1929.

Em outubro de 1934 a empresa foi reorganizada, seus estatutos passaram por reformas, seu capital social foi elevado de mil para dois mil contos de réis e a empresa passou a se chamar Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização tendo como principal acionista e “controladora” a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF) que estava em busca de “alternativas de investimentos e solução para os efeitos negativos da Grande Depressão” (CARNEIRO, 1985: 36).

Nesta segunda fase os negócios da CAIC foram sendo ampliados, no setor de colonização uma das primeiras medidas foi a compra de uma fazenda em Jaboticabal, com 260 alqueires paulista¹, somente após o término da venda dos lotes foi feita o segundo investimento, uma fazenda em Leme. Inicialmente a CAIC se limitava a retalhar terras nas chamadas “Zonas Velhas”, em vários momentos recusa a oferta de propriedades por escaparem a sua finalidade a compra de terra em zonas que não estavam na área de atuação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CAIC, livro 02).

Segundo Carneiro (1985), as terras foram sendo vendidas com muita facilidade, seus negócios foram prosperando o que fez com que a empresa ampliasse seus investimentos rapidamente. Com o passar dos anos a Companhia deixou de atuar somente na “Zona Velha” e por fim acabou estendendo seus negócios a todas as regiões do Estado: Mogiana, Paulista, Sorocabana, Noroeste e Araraquarense. No Vale do Paraíba e no litoral sua atuação foi pouco expressiva. O autor ainda destaca que seis núcleos urbanos surgiram a partir do retalhamento de terras feito pela CAIC, são eles: Santa Fé do Sul, Rubinéia, Santa Rita D’Oeste, Santa Clara D’Oeste, Santana da Ponte Pensa e Lucélia. Alfredo (2008) aponta que a CAIC promoveu a venda de mais de 8.000 lotes de terra entre os anos de 1935 e 1955.

No setor de imigração a Companhia continuou a atuar em parceria com o governo do Estado de São Paulo e a Secretaria de Agricultura. Em carta endereçada ao Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio em 13 de outubro de 1934 a empresa propõe uma parceria para a introdução de 10.000 imigrantes europeus anuais, durante o período de três anos (CAIC, livro 02: 250). O governo chega a aceitar o acordo, no entanto, a política de restrição a entrada de imigrantes no Brasil vinha sendo intensificada (GERALDO, 2004: 01) o que, aliado a outros fatores, fez com que a Companhia não cumprisse a sua meta. Em 1938 o Governo suspendeu a introdução de imigrantes subvencionada, com isso a CAIC também encerra as suas atividades neste setor, pois só trabalhava neste sistema.

¹ No Estado de São Paulo, na década de 1930, um alqueire de terras correspondia a área de 24.200 metros quadrados.

Quanto ao seu desempenho na introdução de trabalhadores nacionais a Companhia obteve um maior êxito. De 1934 á dezembro de 1936 a CAIC trouxe 6.122 trabalhadores nacionais para São Paulo oriundos de diversas localidades como São Luiz do Maranhão, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Joazeiro da Bahia, Campos, Porto Alegre entre outros (CAIC, livro 03). Em seu relatório geral do ano de 1937 aponta para a entrada de 7.992 trabalhadores nacionais, já o volume total de trabalhadores estrangeiros trazidos pela Companhia não passou de 739, sendo que 411 imigrantes vieram em 1935 e 328 em 1936.

A CAIC foi uma empresa dinâmica, seus negócios não se restringiram apenas à colonização e imigração, prova disso foi a sua ação no setor industrial que consistiu em criar duas fábricas de adubos, uma em São Paulo e a outra em São Carlos. Em carta do dia 24 de outubro de 1936 a Companhia escreve ao Presidente do Departamento Nacional do Café propondo o aproveitamento das cinzas do café que estava sendo incinerado por este departamento devido à superprodução do produto (CAIC, livro 03: 59-64). Através de processos químicos, a CAIC passou a transformar as cinzas em adubo para a lavoura. Para a realização desse projeto contou com a colaboração da Companhia Paulista que cedeu um terreno de 3.000 m² localizado em São Carlos para a instalação da Fábrica de Adubos Guerreiro (CAIC, livro 05: 83).

Outra atividade desempenhada pela empresa foi na verdade uma incumbência da Cia. Paulista de Estrada de Ferro que determinou que a CAIC tomasse a seu cargo o abastecimento de pedra britada nas localidades onde a CPEF estivesse atuando. O fornecimento de cascalho e pedra britada foi feito principalmente para o município de Marília-SP, como pode ser observado nas anotações do livro de número cinco da CAIC.

Como o setor de imigração da Companhia teve seu trabalho interrompido por volta do ano de 1938 já não cabia mais a denominação da empresa de Companhia de Agricultura, *Imigração* e Colonização, assim, em maio de 1958 ficou determinado em assembléia geral dos acionistas que a razão social da empresa mudaria, passando para Companhia Agrícola, *Imobiliária* e Colonizadora ficando preservada a sigla CAIC.

Após trinta e três anos de atuação a CAIC deixa de existir como uma empresa privada quando em 1961, juntamente com a Companhia Paulista, foi encampada pelo Governo, apesar dos protestos de seus dirigentes e da tentativa de desvincular sua imagem da CPEF. Como empresa pública a CAIC trabalhou a serviço do governo principalmente na intermediação da compra de tratores e implementos agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de traçar uma breve análise sobre a formação e a atuação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização no Estado de São Paulo enquanto empresa privada. Não se pode negar a importância do estudo da CAIC, sendo ela uma empresa dinâmica que atuou praticamente em todas as regiões do Estado e que alcançou ao longo de seus trinta e três anos a marca de 8.000 lotes de terras vendidos e a influência na fundação de seis municípios dentro de sua área de atuação.

Cabe lembrar que o presente texto é apenas um fragmento de uma de pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida no programa de pós-graduação em História, portanto muitas das informações obtidas no texto são ainda parciais.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

Livro de Fundação da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil

Companhia Agrícola de Imigração e Colonização. Relatório da Diretoria número 01 (de 1935 a 1937).

CAIC - livros número: 01, 02, 03, 04 e 05.

Ata da Reunião de Acionistas (maio de 1958)

BIBLIOGRAFIAS

ALFREDO, Anselmo. **Modernização e Fronteira na Cisão Campo-Cidade do Oeste Paulista**: divisão Social do Trabalho numa Modernização Periférica. In: Anais do Encontro Internacional de Geografia, tradições e Perspectivas. Homenagem ao Centenário de Nascimento de Pierre Monbeig de 1 a 5 de dezembro de 2008 DG-FFLCH-USP.

CARNEIRO, Honório de Souza. **A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961**. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

GERALDO, E. . **A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o trabalho imigrante nos anos 30**. In: II Jornada Nacional de História do Trabalho, 2004, Florianópolis. Anais do X Encontro Estadual de História Anpuh-SC, III Reunião Nacional do GT de Estudos do Gênero e II Jornada Nacional de História do Trabalho. Florianópolis : ANPUH-SC/PROEXTENSÃO-UFSC, 2004. p. 304-306.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2.ed., Campinas: UNICAMP, 1986.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC; Polis, 1984.